COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.963, DE 2001 (Do Sr. Milton Monti)

Que torna obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental das escolas públicas e particulares.

AUTOR: Deputado MILTON MONTI

RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.963, de 2001, de autoria do ilustre Deputado Milton Monti, visa a tornar obrigatória a realização de exame anual de acuidade visual para todos os alunos matriculados no ensino fundamental em todas as escolas públicas e particulares.

De acordo com o Projeto, nas escolas públicas, os custos ficariam por conta do Ministério da Saúde, enquanto que, nas escolas particulares, arcariam com os custos as respectivas entidades mantenedoras, que poderiam repassá-los aos alunos.

Inicialmente encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, o Projeto foi aprovado, por unanimidade, com emenda que dá nova redação ao seu art. 1º, facultando às escolas realizarem avaliação preliminar de acuidade visual dos alunos por professor devidamente treinado por médico

oftalmologista, somente encaminhando a atendimento médico especializado aqueles que apresentarem efetiva necessidade.

A seguir, a matéria foi submetida à Comissão de Educação e Cultura - CEC, que, também por unanimidade, aprovou o Projeto original, a Emenda adotada pela CSSF e Emenda (nº 3/2003) que dá nova redação à ementa da proposição, e rejeitou duas outras emendas (nº 1/2003 e 2/2003) apresentadas naquela Comissão, respectivamente, modificativa e supressiva de parágrafos do art. 1º do Projeto.

Apreciada a proposição pela Comissão de Finanças e Tributação quanto à sua adequação orçamentária e financeira, deliberou aquele Órgão Técnico por não pronunciar-se a respeito, tendo em vista entendimento unânime de não-implicação da matéria em aumento ou diminuição de despesa ou receita públicas.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete o exame e pronunciamento sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto e das emendas a este apresentadas, nos termos do art. 32, inciso III, alínea a, do Regimento Interno desta Casa.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao Projeto, no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Examinado o Projeto de Lei nº 5.963, de 2001, bem assim a Emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família e a emenda aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação, sob o ponto de vista da competência regimentalmente atribuída a esta Comissão, entendemos terem sido obedecidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa da União (arts. 24, incisos IX, XII e XV) e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (art. 61, *caput*).

Não se verificam, de outra parte, conflitos de natureza material entre as disposições constitucionais vigentes e o que é proposto no Projeto e nas emendas sob exame.

No que tange à juridicidade, porém, verifica-se conflito entre o disposto no § 2º do art. 1º do Projeto em apreço, como também no § 3º do mesmo art. 1º, com a redação dada pela Emenda adotada pela CSSF, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece vedação à criação de ação governamental nos termos propostos. O estabelecimento da obrigatoriedade de realização do exame de acuidade visual, pretendida pelo Projeto, padece, portanto, segundo nosso entendimento, de injuridicidade, ainda que sanável, como veremos a seguir.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se, tanto na Emenda aprovada pela CEC, que altera a ementa do Projeto, como na adotada pela CSSF, modificativa do art. 1º, existir uma incongruência entre a proposta central, que é de estabelecer a obrigatoriedade de realização do exame de acuidade visual pelos estabelecimentos de ensino fundamental, e a faculdade que lhes é concedida, no mesmo art. 1º, de realizar tão-somente uma avaliação preliminar de acuidade visual dos alunos.

Trata-se, evidentemente, de uma impropriedade de técnica legislativa, pois a essência da proposta consiste, na verdade, em estabelecer a obrigatoriedade de realização, não do exame oftalmológico completo de acuidade visual, mas sim de uma avaliação preliminar de acuidade visual, com o objetivo primordial de detectar se o aluno padece de deficiência de visão que prejudique seu aproveitamento escolar, e, de, vindo a ser esta detectada, garantir a adoção de providências pelos pais ou responsáveis, para que a criança seja encaminhada ao indispensável atendimento médico especializado, o qual, no entanto, não há, evidentemente, de se realizar no âmbito escolar.

Por outro lado, observe-se que, corrigida esta falha de técnica legislativa, como propomos no Substitutivo anexo, de nossa autoria, ter-se-á também sanado a injuridicidade acima apontada, pois o atendimento dos requisitos de aprovação da matéria no âmbito desta Comissão ficará assegurado mediante o estabelecimento da obrigatoriedade de realização tão-somente da

avaliação preliminar proposta, tendo em vista que não se mostra, em absoluto, recomendável a rejeição de Projeto tão altamente meritório, como o que ora se examina, conforme se verifica pela sua unânime aprovação nas duas Comissões da Casa incumbidas de apreciá-lo sob os enfoques da conveniência, oportunidade e relevância.

Ainda visando a aprimorar a técnica legislativa, e em atendimento ao que prescreve o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, acrescentamos, em nosso Substitutivo, novo art. 1º ao Projeto, contendo a descrição de seu objeto e âmbito de aplicação.

No que se refere à cláusula de vigência, julgamos necessário igualmente adequá-la às exigências práticas de aplicação da lei consectária do Projeto em apreço, estabelecendo *vacatio legis* até o início do ano seguinte ao da sua publicação, de forma a garantir o interregno mínimo indispensável à adoção das providências que garantirão o pleno cumprimento do que dispõe o diploma legal, tão logo entre em vigor.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.963, de 2001, da Emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família e da Emenda nº 3/2003, aprovada pela Comissão de Educação e Cultura, nos termos do Substitutivo anexo, de nossa autoria, e somos pela rejeição das Emendas nº 1/2003 e 2/2003, da Comissão de Educação e Cultura.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado PAULO MAGALHÃES
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.963, de 2001

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de avaliação preliminar de acuidade visual básica nos alunos matriculados no ensino fundamental, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objeto estabelecer a obrigatoriedade de realização de avaliação preliminar de acuidade visual básica em todos os alunos matriculados no ensino fundamental, bem assim de encaminhamento a atendimento médico especializado dos alunos que apresentarem deficiência visual na referida avaliação.

Art. 2º Ficam os estabelecimentos de ensino fundamental, tanto públicos como privados, obrigados a submeter a avaliação preliminar de acuidade visual básica todos os alunos neles matriculados, no primeiro semestre de cada ano letivo.

Parágrafo único. Os alunos que apresentarem atestado médico de realização de exame oftalmológico por médico especializado no próprio semestre de realização da avaliação preliminar de que trata o *caput* ficarão dispensados de realizá-la naquele semestre.

Art. 3º O Poder Executivo garantirá a realização de treinamento de menos dois técnicos educacionais ou professores de cada estabelecimento de ensino fundamental, que os habilite à realização da

avaliação de que trata esta Lei, e os credenciará a atuarem como avaliadores preliminares de acuidade visual básica dos alunos do ensino fundamental.

Art. 4º Constatada, na avaliação preliminar, a existência de qualquer deficiência visual no aluno, o estabelecimento de ensino deverá dar imediata ciência aos seus pais ou responsáveis do seu dever de conduzi-lo, no prazo de quinze dias, a atendimento médico especializado.

§ 1º Os pais ou responsáveis deverão apresentar ao estabelecimento de ensino, no prazo estipulado no *caput* deste artigo, atestado médico que comprove a realização do atendimento oftalmológico recomendado ou declaração de marcação de consulta médica, a ser fornecida por instituição pública de saúde ou conveniada com o Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 2º Caso seja apresentada apenas declaração de marcação de consulta médica no prazo estipulado no § 1º, o estabelecimento de ensino ficará responsável por exigir, no dia seguinte à data marcada para a consulta, o atestado médico que comprove sua realização.

Art. 5º Os estabelecimentos de ensino fundamental manterão em arquivo, pelo prazo de cinco anos, a documentação relativa às avaliações preliminares e atestados de atendimento médico de que trata esta Lei, para exame pelos órgãos fiscalizadores.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor em primeiro de janeiro do ano civil imediatamente subsequente à data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado PAULO MAGALHÃES
Relator